



**Ata da 36ª Reunião da COGEF
12 e 13 de Setembro de 2017
Fortaleza – CE**

PARTICIPANTES: (Listas de frequência disponíveis no site COGEF – <http://www.cogef.ms.gov.br/?p=19295>)

Representantes dos Estados na COGEF, com direito a voto.

Presentes (19): AL, BA, CE, ES, GO, MT, MS, PA, PE, PB, PI, PR, RO, RS, SE, SC, SP, TO e DF.

Ausentes (08): AC, AM, AP, MA, MG, RJ, RN, RR

Representantes de outros órgãos/instituições na COGEF, sem direito a voto.

Presentes (1): Luiz Palmeira (SE/MF – COGEP)

Participantes externos convidados: Elogroup Desenvolvimento e Consultoria

1º DIA

12 de Setembro de 2017

Edifício do Ministério da Fazenda em Fortaleza - CE

1. Seminário: "Recuperação da Dívida Ativa para o Equilíbrio das Finanças Públicas"

Painel 1 – A importância da recuperação da Dívida Ativa no cenário de equilíbrio das Finanças Públicas

Palestrantes: Jaime Cavalcante de A. Filho (SEFIN – Fortaleza – CE)

Carlos Mauro B. Filho (SEFAZ-CE)

João Batista Barros Filho (SRRF 3ª RF)

Painel 2 – Cobrança da Dívida Ativa - Experiências

Palestrantes: Clóvis de A. Moreira Neto (Procurador Dívida Ativa do Município do RJ)
Juraci M. Lopes Filho (Procuradoria Dívida Ativa Município de Fortaleza)
Ubiratan Ferreira de Andrade (Procuradoria CE)
Daniel de Sabóia Xavier (PGFN)

Painel 3 – Atividade de Inteligência Fiscal

Palestrantes: Daniel de Sabóia Xavier (GOEFF/PGFN)
Carlos Augusto M. Rodrigues (ESPEI/RFB – 3ª RF)
Gilson Pinheiro (SEFAZ CE)

Painel 4 – CIRA – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos

Palestrantes: Gilson Pinheiro (SEFAZ CE)
Hugo Vasconcelos Xerez (GAESF)
Ricardo Rabelo de Moraes (Promotor de Justiça Ceará)
Morgana Duarte Chaves (Promotor de Justiça Ceará)

2. Os materiais relativos às apresentações estão disponibilizados no Anexo II.

3. Encerramento:

3.A - O presidente da COGEF, Cristovam Cruz, agradeceu a participação dos órgãos e pediu aos representantes da COGEF que se articulem com as PGE's no sentido de incluir produtos inovadores no Profisco II que contribuam com a recuperação dos créditos inscritos na Dívida Ativa.

3.B - Luiz Palmeira, coordenador geral do COGEP, ao tecer seus comentários finais, confirmou a baixa recuperação dos créditos tributários inscritos como Dívida Ativa bem como reconheceu nossas fragilidades em ações de recuperação de tais créditos; citou ainda a existência de um número considerável de municípios de pequeno porte com dificuldade de estruturar sua gestão fiscal; fez uma breve avaliação dos pontos positivos e negativos dos REFIS; comentou sobre a Reforma Tributária e da legislação sobre crimes fiscais; salientou a necessidade de investimentos na gestão fiscal (PROFISCO e PNAFM) concluindo com o raciocínio de que uma Gestão Fiscal frágil é a porta de entrada para a sonegação fiscal e a corrupção.

2º DIA
13 de Setembro de 2017
Carmel Magna Praia Hotel

1. Composição da Mesa:

Cristovam Cruz – Presidente da COGEF

Sandra Machado – Coordenadora da UCP CE

João Marcos – Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda do Ceará

Cristovam Cruz (Presidente da COGEF) iniciou a reunião agradecendo o apoio da equipe do Ceará na organização da 36ª Reunião da COGEF. Agradeceu a presença de todos e em especial a presença do Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, João Marcos Maia. Justificou ainda a ausência dos parceiros do BID em virtude da participação dos mesmos em um retiro promovido pelo Banco.

Sandra Machado (UCP – CE) agradeceu o apoio dado pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, ESAF e Secretaria de Finanças de Fortaleza para a realização deste evento.

João Marcos (Sefaz – CE) deu as boas vindas a todos e salientou a importância de se aproveitar os sistemas e processos de trabalho que já estejam desenvolvidos por outros Estados.

2. João Marcos (CE) proferiu a palestra “**Módulos Fiscais Eletrônicos**” onde destacou como as regras jurídicas tributárias vigentes estão ultrapassadas, a necessidade de modernização dos controles fiscais como forma de melhorar a justiça tributária. Salientou que a administração tributária se preocupa mais com a forma que com os resultados e que os gestores tributários deveriam ser cobrados pelos resultados. Continuou frisando que (a) nossos métodos, regras e modelos são antigos e ultrapassados; (b) que devemos nos reinventar aproveitando o que já está desenvolvido no mercado ou outro órgão de governo adaptando às necessidades específicas de cada Estado; (c) que vale a pena investir na modernização da SEFAZ pois os resultados acontecem; (d) que o Ceará desenvolveu o “módulo fiscal eletrônico” para acompanhamento em tempo real das transações comerciais no qual, ao final do dia, são lançadas e tratadas as informações no SIGET, disponibilizando e dando acesso ao contribuinte dos seus indicadores de inconformidade, possibilita a este a imediata regularização ou ciência de possibilidade de auditoria futura; (e) que o objetivo do módulo é fortalecer o varejo do Estado do Ceará através da redução da sonegação e fortalecimento da concorrência ética entre empresas e (f) que a SEFAZ – CE pretende com ferramenta BITFAZ implantar a fidelidade cidadã, dando crédito e fidelizando o consumidor por conceder pontos que serão acumulados e trocados por benefícios. Será disponibilizada app para android para que os consumidores sejam parceiros na fiscalização das empresas.

3. Cristovam (PI) falou da importância de ouvir as experiências exitosas para a elaboração de novos projetos no Profisco II, inclusive como forma de gerar agendas futuras de debates e idealização de produtos.

4. Moacyr Salomão (Gerente de Receita Extra Tributária do Estado de Goiás) proferiu a apresentação do “**Programa Tesouro Verde**”, projeto esse que foi desenvolvido inicialmente em Goiás e agora segue em parceria com o Estado do Piauí. Explicou aos presentes que (a) uma “floresta deitada” tem valor econômico e financeiro e o Programa Tesouro Verde logrou encontrar mecanismos de mensurar o valor econômico de uma “floresta viva”, existindo inclusive um CNAE – subclasse 0220.9.06 – para sua contabilização; (b) que o ponto central do programa é o desenvolvimento sustentável; (c) que os títulos do Tesouro Verde serão comercializados através do Mercado de Ativos Ambientais assim como outros tipos de títulos são comercializados no Mercado de Capitais; (d) que o devedor tributário pode, por exemplo, comprar créditos do Tesouro Verde e utilizá-los para pagar parte de sua dívida; (e) e que o programa trata-se, inclusive, de uma solução para os entes subnacionais ante a incapacidade da União de prover recursos.

5. Luís Fernando Pereira da Silva (Coordenador UCP RO) e Carlos Eduardo Gonçalves (Elogroup Desenvolvimento e Consultoria) apresentaram o tema “**Planejamento Estratégico centrado no Equilíbrio e Sustentabilidade Fiscal**” explicando que (a) o planejamento estratégico da SEFIN RO compreendeu foco nos processos, oportunidades de aumento de receitas e redução de despesas, utilizando a MD GEFIS em sua elaboração, criação da cadeia de valor e busca por engajamento; (b) recomendando que o processo para entender o ambiente e elaborar o planejamento estratégico parte da elaboração da cadeia de valor do órgão; (c) a aplicação e resultados da MD GEFIS foram utilizados para criar a matriz de resultados no Mapa Estratégico da SEFIN RO; (d) foi utilizado o Sistema de Gestão de Programas e Projetos – SGPP – para a realização e monitoramento dos projetos; (e) atenção especial foi dada aos servidores responsáveis por projetos no sentido de empoderá-los, treiná-los e comprometê-los na busca de resultados para a sociedade através do planejamento estratégico da SEFIN RO; (f) a Elogroup Consultoria mostrou a base conceitual do planejamento estratégico para a administração tributária; (g) mostrou também algumas métricas que podem ser usadas na elaboração das oportunidades de arrecadação.

6. Painel: PROFISCO II – Missão de Orientação do BID – Experiências dos Estados

6.A. Augusto (PA) contou a experiência do Estado do Pará com a Missão de Orientação do BID onde o objetivo foi conciliar o planejamento estratégico e os produtos do Profisco II com os resultados da MD GEFIS. Além disto, falou do desafio de se trazer o planejamento estratégico para o dia a dia das pessoas – da teoria para a prática. Citou a importância da articulação da Secretaria da Fazenda com outras secretarias do Estado no uso dos recursos e produtos do Profisco II como forma de evoluir os macroprocessos da administração pública do Estado como um todo.

6.B. Lincoln (PA) comentou que a MD GEFIS foi importante para apontar como alguns processos não são trabalhados (ou podem ser melhorados) pela SEFAZ PA. Citou que o Estado acabou por ter 72 projetos (subprodutos) no Profisco II e que o grande desafio é como gerenciar essa gama de trabalho.

6.C. Daniela (PE) avaliou que o planejamento estratégico da SEFAZ foi muito importante para a elaboração e aprovação da Carta Consulta. Após a missão do BID foi feita reavaliação da proposta inicial gerando uma redução do número de produtos. Salientou que é importante receber a missão do BID já com uma certa maturidade a respeito dos produtos que se deseja efetivamente implementar.

6.D. Thanner (MS) falou da dificuldade da participação do GEFIN na definição dos produtos relativos à questão da qualidade dos gastos. Lembrou que esse mote (qualidade dos gastos) é um dos objetivos propostos pelo BID para o Profisco II.

6.E. Sandra (CE) mencionou o aprendizado que tem sido a experiência com a equipe do BID e seus consultores e relatou as dificuldades em prestar um grande número de informações solicitadas pelo BID para elaboração dos documentos necessários à tramitação dos projetos, algumas delas que se replicam. Comentou que sugeriu ao Banco que, em evento futuro quando da contratação de um consultor, pudesse dispor de um auxiliar para consolidar informações que são de domínio público, evitando retrabalho para as UCP's, que de um modo geral dispõem de uma equipe bem reduzida. Defendeu que a COGEF deveria articular com o BID no sentido de um refinamento e adequações quanto às exigências que estão sendo feitas, por exemplo a que foi citada nessa reunião, elaboração de Termos de Referências antes da assinatura do contrato.

6.F. Cristovam (PI) lembrou que os diferentes estados estão em fases distintas de implantação do Profisco II. Disse que a metodologia do MD GEFIS na sua aplicação exige muito das equipes, mas é uma ferramenta excelente para a elaboração do projeto. Citou, concordando com Thanner (MS), que o GEFIN deve apropriar-se mais do que está sendo feito no Profisco II com relação aos produtos do Financeiro. Orientou para que aquelas equipes que já tiveram suas cartas de consultas aprovadas comecem a trabalhar em suas Matrizes de Problemas/Soluções de forma a elaborar seus produtos estando melhor preparadas para recebimento da Missão BID.

7. Cristovam (PI) apresentou sua experiência na participação em seminário promovido pelo BID em Washington (EUA). Falou brevemente sobre as abordagens do seminário: uma tratando da "Rede de Descentralização e Gestão Fiscal" e outra o fórum sobre "Autonomia e Coordenação Fiscal para uma Descentralização Efetiva".

8. Cristovam (PI), a pedido de **Tostes (BID)**, apresentou a situação dos diversos Estados quanto a execução do Profisco I, bem como a aprovação e os valores para o Profisco II. Mostrou que a próxima reunião do COFLEX está agendada para dezembro de 2017. Comentou brevemente sobre os produtos obrigatórios exigidos para o Profisco II.

9. Cristovam (PI) sugeriu que fosse oportunizado um momento de encontro entre os Procuradores Tributários dos Estados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para que esta apresentasse seu novo modelo de recuperação de dívida ativa.

10. Os materiais relativos às apresentações estão disponibilizados no Anexo III.

11. Encerramento: A data da próxima reunião da COGEF estava previamente estabelecida para os dias 30 e 01.12.17, no Distrito Federal, em espaço a ser confirmado. No entanto, foi alertado pelo representante do DF que o dia 30 de novembro é feriado local em Brasília, restou assim confirmar com o BID disponibilidade de nova data.